

A importância da EJA-EPT na inserção territorial dos Institutos Federais para a elevação da escolaridade e qualificação profissional dos trabalhadores-estudantes

Suzana Maria Pozzer da Silveira¹

Silvia Cristóvão²

Equeniamara Santos de Matos³

Resumo: Os Institutos Federais (IFs) têm por missão o ensino, a pesquisa e a extensão voltados, prioritariamente, para a cidadania e o desenvolvimento regional. A Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT) contribui nesse processo, através da elevação da escolaridade e da qualificação profissional, o que pode fortalecer o protagonismo dos atores, assim como os arranjos produtivos locais (APLs). Com base nesses pressupostos, foi construído junto ao território do Extremo Sul Catarinense um Curso de Qualificação Profissional em Agricultura Familiar para remanescentes de quilombos e camponeses. O curso teve parcerias com as escolas que ofertam EJA, Prefeituras Municipais e Secretaria Estadual de Educação. O aporte teórico do curso foi referenciado no conceito de desenvolvimento territorial sustentável (DTS) e o metodológico, na Pedagogia da Alternância. Embora o curso tenha obtido êxito, é importante a sua continuidade ou parte de suas atividades, haja vista ter sido estruturado em uma perspectiva de médio e longo prazo. Isto posto, além da introdução e da conclusão, na primeira seção será delineado o perfil do curso, do território e a metodologia; na segunda, será apresentada parte dos conteúdos abordados; na terceira, a ênfase será na construção de cenários prospectivos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Educação Profissional Tecnológica; Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Abstract: The mission of the Federal Institutes (IFs) is to provide teaching, research and extension aimed primarily at citizenship and regional development. Youth and Adult Education integrated with Professional and Technological Education contributes to this process by increasing the level of education and professional qualifications of the agents in question, which can strengthen their protagonism as well as local productive arrangements. Based on these assumptions, a Professional Qualification Course in Family Farming for peasants and the remainder quilombo people was built in the Extreme South of Santa Catarina. The course established partnerships with the schools that offer EJA, municipal governments, and the State Department of Education. The course's theoretical framework was based on the notion of sustainable territorial development (STD), and its methodological framework was based on the Pedagogy of Alternation. Although the course was successful, it is important to continue it or part of its activities, given that it was structured with a medium and long-term perspective. That said, in addition to the introduction and conclusion, the first section will outline the characteristics of the course, the territory, and the methodology; the second section will present some of the content covered; the third section will focus on creating prospective scenarios.

Keywords: Youth and Adult Education; Professional and Technological Education; Sustainable Territorial Development.

¹Instituto Federal Catarinense, E-mail: suzana.silveira@ifc.edu.br

²Prefeitura Municipal de Mampituba, E-mail: queniamp@hotmail.com

³Universidade Federal de Santa Catarina, E-mail: silviachristovao@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais (IFs) têm por missão o ensino, a pesquisa e a extensão voltados, prioritariamente, para a cidadania e o desenvolvimento regional. Em um contexto de aprofundamento de um conjunto de crises (social, ambiental, ética, econômica e civilizatória), a Rede Federal, com a sua expansão e interiorização, pode contribuir na solução desses desafios (Pacheco, 2012; Favareto, 2022). Para isso, é imprescindível o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), os quais propiciam trabalho e renda, podendo favorecer a construção dos territórios, em suas múltiplas dimensões (social, cultural, econômica, ambiental e política) (Vieira *et al*, 2010; Silveira, 2013).

A Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT) colabora nesse processo, pois o conhecimento é chave no protagonismo, conscientização e responsabilização dos atores locais no seu papel enquanto elo da rede territorial. Isso porque, um dos principais desafios para a governança, a implementação e/ou fortalecimento das inovações, dos APLs, é a participação social e, em consequência, o engajamento dos sujeitos nesses processos (Silveira, 2013).

Com base nesses referenciais, foi construído junto ao território do Extremo Sul, sede do Campus Santa Rosa do Sul, do Instituto Federal Catarinense, um Curso de Qualificação Profissional em Agricultura Familiar, voltado ao fortalecimento dos APLs dos remanescentes de quilombos e pequenos agricultores. O curso foi estruturado a partir da realidade desses sujeitos, dos seus desafios e principais demandas, tendo por parcerias as escolas que ofertam EJA, Secretaria Estadual de Educação e Prefeituras dos municípios de Praia Grande e de São João do Sul.

Os três eixos norteadores do curso foram balizados pelas seguintes questões: O que temos? O que faremos? O que podemos? No Eixo I - O que temos? – foi apresentado o território aos estudantes, em suas múltiplas dimensões, através de uma contextualização com a realidade local-nacional-global. No Eixo II – O que faremos? – foram desenvolvidas técnicas no âmbito da agricultura familiar em sintonia com as demandas e sistemas produtivos locais. No Eixo III – O que podemos? – a ênfase foi na construção de cenários prospectivos, a partir do que foi aprendido no curso e nas possibilidades oferecidas pelas políticas públicas no âmbito da agricultura familiar.

Face ao exposto, consta neste relato de experiência, além da introdução e da conclusão, três seções, sendo a primeira voltada para a apresentação do perfil do curso, do território e da metodologia. Na seção dois consta uma síntese de parte dos conteúdos abordados no curso e sua relação com os APLs, com ênfase no turismo rural e no DTS. Na seção três são apresentadas as potencialidades e desafios dos APLs, através do exercício de construção de cenários prospectivos para o território, tendo por referência a geração de trabalho e renda.

CURSO DE QUALIFICAÇÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com o protocolo dos demais cursos implementados nos Institutos Federais, foi realizada consulta pública para verificar o interesse e o perfil do curso a ser desenvolvido. Dos municípios consultados junto à Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC), os primeiros a manifestar interesse foram Praia Grande e São João do Sul, ambos com forte presença do turismo rural e da agricultura familiar. O primeiro município é conhecido nacionalmente pela presença dos cânions, do balonismo, e por integrar o Geoparque Mundial da UNESCO - Caminhos dos Cânions do Sul. Além disso, em Praia Grande está localizada a Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque (Christóvão, 2023). O segundo município, São João do Sul, entrou para a história, tendo conquistado em 2023 o recorde nacional com o desfile de 318 carros de boi na festa do colono. Hoje, São João do Sul ostenta o título de *capital catarinense do carro de boi*. Além da agricultura familiar, o município vem tendo destaque no turismo rural (Sanfelice, 2024).

Apesar desses destaques, tanto os quilombolas de Praia Grande, quanto os colonos de São João do Sul, enfrentam dificuldades na viabilização de trabalho e renda. Dos municípios da AMESC, São João do Sul possui o menor IDH (0,695) (PNUD, 2010). A Comunidade Remanescentes de Quilombo São Roque, de forma similar à grande maioria dos quilombos no país, enfrenta inúmeras dificuldades, como a viabilização de renda, a demarcação territorial, a valorização da sua cultura e o enfrentamento ao racismo (Christóvão, 2023). Para ambos os municípios, o apoio das Instituições, prefeituras, Institutos Federais (IFs), Universidades, é imprescindível, sendo alta a demanda por conhecimento e qualificação profissional.

Após a definição desses dois locais, foi realizado um trabalho mais específico junto ao público interessado para a definição do perfil do Curso de Qualificação

Profissional. Em decorrência dos municípios estarem situados na Zona Costeira Catarinense, o turismo sazonal tem um apelo muito forte. Embora bastante consolidado, esse tipo de turismo gera trabalho e renda em apenas um curto período do ano. Nesse contexto, surgiu o interesse em fomentar o turismo rural em sintonia com outros atrativos existentes na região, tais como o balonismo, os cânions e os carros de boi, por exemplo, de modo a constituir uma renda permanente para as famílias (Sanfelice, 2024). A organização de rotas turísticas tem sido uma experiência exitosa, contribuindo para o fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização, gerando renda e possibilitando a permanência, em especial dos jovens, no campo. A pluriatividade, combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, está muito presente nessa região (Schneider, 2003)

Nesse contexto, o Curso de Qualificação Profissional em Agricultura Familiar, implementado junto às escolas que ofertam EJA em Praia Grande e São João do Sul, foi construído a partir das principais demandas do público-alvo, sendo constituído por três eixos, com carga horária total de duzentas horas. No primeiro eixo, introdutório, de trinta e duas horas, deu-se ênfase ao território em suas múltiplas dimensões (econômica, social, cultural, política e ecológica) e suas conexões escalares (local-nacional-global). O objetivo foi mostrar aos estudantes as conexões transescalares, de modo a facilitar o entendimento dos problemas vigentes no território (ambiental, social, econômico) em uma perspectiva sistêmica.

O segundo eixo, de desenvolvimento do curso, foi composto por um conjunto de disciplinas obrigatórias, segundo a demanda dos estudantes na construção da Proposta Pedagógica, com as suas respectivas cargas horárias: Turismo Rural (40h), Agroecologia (36h); Paisagismo (20h), Apicultura (24h) e Piscicultura (24h). Em cada uma dessas áreas foram trabalhados conceitos e técnicas em diálogo com os APLs, de modo a facilitar a aplicação desses conhecimentos.

No terceiro eixo, de fechamento do curso, de vinte e quatro horas, foram retomados os principais pontos dos eixos anteriores, tendo por foco o território e as potencialidades dos APLs. Para aprofundar a reflexão sobre esses temas foi conferido ênfase às Políticas Públicas para a agricultura familiar, em especial no Estado de Santa Catarina. Com base nesses referenciais, os estudantes foram estimulados a desenvolver cenários prospectivos para os seus APLs e/ou para as atividades que tenham intenção em viabilizar.

ScientiaTec

O referencial teórico que norteou a organização do curso foi o conceito de desenvolvimento territorial sustentável (DTS), o qual integra o campo de estudos sobre desenvolvimento territorial (DT) (Silveira, 2013). Na década de 1990 a abordagem territorial de desenvolvimento passou a ser uma referência nas agências internacionais, tais como a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL); Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), superando a perspectiva do desenvolvimento local, da década de 1980. Os enfoques do desenvolvimento territorial tratam conjuntamente os espaços geográficos e o desenvolvimento, valorizando o espaço-território em suas múltiplas dimensões. O modelo de organização produtiva são os pequenos e médios empreendimentos, integrados em rede, sendo capazes de propiciar uma identidade e motivação aos sujeitos envolvidos. Embora a grande empresa ainda permaneça, não seria mais o modelo central de organização produtiva (Gómez, 2008; Favareto, 2012; Benko, 2000; Andion; Serva; Lévesque, 2003).

Posteriormente, oriundo das abordagens sobre territorialidade, surgiu o conceito de desenvolvimento territorial sustentável (DTS) que propõe mudanças na base socioprodutiva, tendo ênfase na dimensão socioambiental. Diferencia-se do enfoque de DT por este priorizar a dimensão socioeconômica, ou seja:

(1) considera os aspectos culturais, históricos e sociais apenas como 'recursos' ou 'capitais', visando impulsionar o desenvolvimento; (2) exclui do debate a falência dos modelos tradicionais do desenvolvimento e suas consequências sobre a crise socioambiental atual; (3) desconsidera os aspectos políticos no nível micro e no nível macro, referente às assimetrias Norte-Sul; e (4) confunde desenvolvimento com o fortalecimento da economia centrada no mercado (Andion; Serva; Lévesque, 2003, p.204).

Podem ser destacados como casos concretos de APLs que convergem com a perspectiva do DTS, as inúmeras experiências de agroecologia, de agricultura sintrópica, de permacultura, de turismo de base comunitária, de economia solidária, as quais são estruturadas a partir de uma nova base socioprodutiva, não tendo necessariamente a questão econômica como eixo central. No caso, por exemplo, da produção agroecológica, o foco não é exclusivamente o produto enquanto nicho de mercado, mas o território, envolvendo a cultura local, a identidade, os saberes tradicionais, a valorização do ambiente, das parcerias e da autonomia dos agricultores, os quais não ficam refém dos pacotes tecnológicos e insumos industriais

(Ploeg, 2008). A organização produtiva, modo de vida, dos povos tradicionais, camponeses, quilombolas, indígenas, também reforçam o enfoque do DTS, pois valorizam a reciprocidade, a solidariedade, e não apenas a lógica da troca, instrumental, utilitarista (Vieira *et al*, 2010).

METODOLOGIA: A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

Nesta seção será apresentada a metodologia empregada no Curso de Qualificação em Agricultura Familiar, fundamentada nos pressupostos da Pedagogia da Alternância, compreendendo um período na escola (Tempo Escola - TE) e um período na comunidade (Tempo Comunidade - TC).

A Pedagogia da Alternância teve início no interior da França, em 1935, onde um grupo de pequenos camponeses, insatisfeito com os métodos de ensino e aprendizagem de seus filhos/as, por não atenderem às especificidades das áreas rurais do país, propôs uma nova metodologia (Gimonet, 1999; Estevam, 2003; Magalhães, 2004). Para eles, a educação escolar deveria atender não somente as especificidades dos estudantes, como também as particularidades psicossociais dos jovens e adolescentes camponeses, propiciando a profissionalização em atividades agrícolas, elementos essenciais para o desenvolvimento social e econômico do interior da região francesa. As aulas eram divididas entre o tempo escola e o tempo em casa. No tempo na escola, o ensino era coordenado por um técnico agrícola; no tempo em família, os pais se responsabilizavam pelo acompanhamento das atividades dos filhos. A ideia básica era conciliar os estudos com o trabalho na propriedade rural da família (Nosella, 1977; Pessotti, 1978; Azevedo, 1999; Gimonet, 1999; Estevam, 2003; Magalhães, 2004). No Brasil, essa abordagem iniciou em 1969, período em que o país estava sob um regime ditatorial. Posto isto, na sequência será apresentada a forma como a Pedagogia da Alternância (PA) foi adaptada para o Curso de Qualificação Profissional em Agricultura Familiar integrado à EJA-EPT.

Devido às características do público alvo, trabalhadores-estudantes no período noturno, foi acordado que a parte da Qualificação Profissional de 200h, envolvendo os três eixos referidos na seção anterior, ofertada pelo Instituto Federal Catarinense (IFC-SRS), seria realizada aos sábados, em locais diversos, entre os quais: no Campus do Instituto, nos municípios parceiros e/ou em visitas técnicas. Na medida do possível, foi realizada a integração da qualificação profissional (200h) com o

ScientiaTec

propedêutico, através de temas transversais como meio ambiente e cidadania. A sugestão proposta aos docentes na abordagem e consideração dessas temáticas foi na perspectiva do território, em suas múltiplas dimensões, e no enfoque de cidadania tutelada ou incompleta, segundo a concepção de Carvalho (2004).

Os encontros do curso ocorreram quinzenalmente, nos sábados, sendo a primeira quinzena voltada para as atividades do TE, em que foram trabalhadas questões conceituais, com aulas expositivas, leitura de textos, realização de atividades, sessões de vídeos e, principalmente, visitas técnicas. Com base nesses conhecimentos organizava-se, para a segunda quinzena do mês, a atividade a ser desenvolvida no TC, a qual poderia ser realizada nos finais de semana e/ou nos dias em que os estudantes tivessem mais disponibilidade. Os docentes ficavam à disposição para auxiliar, inclusive *in loco*, caso necessário. Os achados no TC eram socializados no próximo TE, sendo conjugados com os novos temas desenvolvidos e assim sucessivamente para o próximo TC.

No TE foi priorizado as aulas práticas, junto às experiências de diversificados APLs, em que os estudantes tinham oportunidade de ouvir o relato dos agricultores e visualizar as ações por eles desenvolvidas. Um caso emblemático foi a aula realizada junto a uma pequena propriedade de agricultores, onde foi possível visualizarem as diferentes dimensões do território sendo consideradas para o êxito da atividade. Trata-se do Sítio São Sebastião, em São João do Sul, o qual integra uma das rotas de turismo rural da região. No local, a família serve um café colonial, tendo por principal atrativo as roscas de polvilho. O “saber fazer” constitui um diferencial chave por agregar o conhecimento tradicional no preparo dos alimentos (Santos & Quinteiro, 2018). A família valoriza muito a paisagem e a sustentabilidade, o que também adiciona valor ao local.

Na visita ao Sítio São Sebastião os estudantes presenciaram a valorização da dimensão cultural (“saber fazer”, cultura e tradição), sendo o histórico da propriedade contado pela matriarca da família; a dimensão econômica (geração de renda com o café colonial); a dimensão ecológica (valorização da paisagem e da agroecologia); a dimensão social (integrando o casal e os filhos na atividade) e a dimensão política (conexões com diferentes instituições que compõem e/ou organizaram a rota turística). A visualização das experiências e o relato por parte dos agricultores facilitaram o aprendizado, além de despertarem o interesse dos estudantes em permanecer no curso. Em função disso, para a grande maioria das aulas foi priorizado

as visitas técnicas para a transmissão do aporte teórico e conceitual de cada eixo do curso.

A aposta nas visitas técnicas foi, em parte, decorrente do perfil muito diferenciado dos estudantes. Dos quarenta discentes matriculados, a metade era da comunidade quilombola e a outra, de São João do Sul. Enquanto na primeira metade havia muitos adultos, inclusive idosos, na outra, era forte a presença de jovens. A evasão foi significativa, desde o início do curso, tendo muitos evadidos por questões de trabalho, pessoais, mudança de cidade, de escola, entre outros. Nesse universo múltiplo, com índices altos de evasão, as visitas técnicas foram importantes, contribuindo para que nos dois anos de curso, dezenove estudantes tenham concluído com êxito.

TEMAS E TÉCNICAS: COMO FAZER?

O segundo eixo do curso explorou o *como fazer* por meio de subsídios de diversas áreas do campo da agricultura familiar. Visando atender as demandas dos discentes, a área com maior carga horária foi a de Turismo Rural. Entre as demais disciplinas ofertadas, neste eixo, constam a agroecologia, o paisagismo, a apicultura e a piscicultura. Em função das características do território, situado ao pé da Serra Geral Catarinense, estendendo à Zona Costeira, o turismo sazonal é um dos principais atrativos. Com vistas a aproveitar esse potencial, muitos municípios da região vêm apostando no turismo rural, por meio da construção de roteiros turísticos, conectando campo e cidade, praia e serra, o que justifica o interesse dos discentes pelo tema.

Os pontos comuns das diversas áreas ofertadas foram a valorização do território, da sustentabilidade e dos APLs mais próximos à realidade dos sujeitos do curso. Ou seja, do âmbito da agricultura familiar camponesa, envolvendo uma pequena e média produção, com trabalho familiar (Caume, 2009). Outro ponto em comum foi a ênfase nas aulas práticas, com visitas *in loco*, ou nas dependências / laboratórios do Campus do IFC de Santa Rosa do Sul.

O recorte a ser apresentado neste artigo irá priorizar as atividades desenvolvidas nas áreas de turismo rural e de DTS. Enquanto a primeira teve a maior carga horária e foi realizada na penúltima parte do curso, a segunda foi contemplada na última parte do curso. Embora a disciplina tenha sido denominada de turismo rural, a ênfase foi no turismo de base comunitária, pois no território em questão as

comunidades são as protagonistas, recebendo os turistas em suas residências, apresentando-lhes o seu cotidiano, modo de vida, história, tendo como eixo norteador a sustentabilidade em suas diferentes dimensões (Santos; Lima; Silva, 2018; Ramiro, 2024). Nesse contexto, a disciplina procurou focar na diversidade de possibilidades que as comunidades podem atuar para fortalecer as experiências de turismo comunitário, tais como hospedagem (doméstica ou pousadas), culinária local, rodas de conversa, trilhas (ecoturismo), artesanato, parcerias, rotas turísticas, encenações rituais (músicas, danças, cantos...), entre outros.

Posto isto, na sequência serão apresentadas as principais atividades desenvolvidas no Tempo Escola (TE) na disciplina de Turismo Rural, as quais foram agrupadas nas seguintes subseções: turismo em comunidades tradicionais, ecoturismo, turismo cultural e turismo de hospedagem (pousadas). Importante destacar que após as atividades de cada TE, os estudantes eram orientados a desenvolverem a atividade do Tempo Comunidade (TC). Em relação às atividades da disciplina que envolvia o turismo rural, no TC, os estudantes deveriam construir um roteiro turístico completo, podendo envolver apenas uma propriedade ou um conjunto de propriedades. A atividade do TC ficou a cargo dos grupos, os quais podiam escolher o melhor horário para realizá-la, assim como demandar ajuda dos docentes, de modo presencial ou virtual. Na medida do possível, no final de cada TE os grupos apresentavam um breve relato do que foi desenvolvido no TC aos demais, a fim de sanar dúvidas e inserir sugestões do coletivo ao trabalho em andamento. A proposta do trabalho contínuo, a ser apresentado no final da disciplina, foi para que os estudantes utilizassem os aprendizados do TE como subsídios para a atividade do TC, de modo que uma parte retroalimentasse a outra.

TURISMO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS

O primeiro momento da disciplina de turismo rural foi realizado na Comunidade de Remanescentes de Quilombo São Roque, a qual está localizada entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nos municípios de Praia Grande e Mampituba ocupando

um território de 7.327,69 hectares, dos quais 2.668,82 hectares estão sobrepostos aos dois Parques Nacionais, o Parque Nacional dos Aparados da Serra e o Parque Nacional da Serra Geral. A área de

sobreposição situa-se integralmente no Estado de Santa Catarina (Chistóvão, 2023, p.60).

Atualmente, 100 famílias estão inscritas na Associação Remanescente de Quilombo de São Roque e cadastradas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Porém, apenas 32 residem na comunidade e muitas dessas famílias são constituídas de apenas um morador, refletindo a transformação na representação de família (Lenoir, 1996). A predominância etária é dos mais velhos, os jovens na sua maioria já saíram em busca de oportunidades, mas preservam o respeito pelas vozes dos/das anciãos/as.

A Comunidade Remanescente do Quilombo São Roque guarda memórias específicas que auxiliam a contar suas próprias histórias, e pelas quais o Quilombo pode ser conhecido. Os quilombolas tornam-se sujeitos protagonistas de suas histórias por meio das suas vivências, pela oralidade, passando de geração em geração os seus saberes e fazeres (Chistóvão, 2023).

As comunidades tradicionais como quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, camponeses, ribeirinhos, seringueiros são imprescindíveis para o equilíbrio dos ecossistemas nos territórios. Pesquisas demonstram que onde existem comunidades tradicionais há maior preservação da floresta, dos rios, da pesca e da diversidade agrícola (Vieira et al, 2010). No contexto de crise climática, elas constituem barreiras ao desmatamento, ao turismo predatório, ao garimpo, às mineradoras, à pesca industrial e à monocultura. São a grande resistência à lógica do lucro a qualquer custo, por parte das corporações e grandes empreendimentos. Além disso, o conhecimento desses povos, seu “saber fazer”, seu “saber ser” em harmonia com o ambiente, tem despertado o interesse da ciência, na valorização dos saberes ancestrais, na necessidade de aprender com essas culturas e seus modos de vida (Nobre, 2019; Krenack, 2022).

Por maior que seja o interesse atual da academia, a novidade, a grande referência, são os modos de vida dessas populações na afirmação de seus territórios. As práticas dos sujeitos coletivos, a defesa de suas autonomias expressas em modos próprios de produção, de educação, de saúde, de formas de resolução de conflitos, constitui referências concretas de processos de descolonização e reterritorialização (Hardt & Negri, 2006; Zibechi, 2024).

Face ao exposto, no primeiro encontro da disciplina foram abordados conceitos básicos de turismo de base comunitária, tendo sido apresentado vídeos de

experiências exitosas no território, seguido de relatos desses casos e de discussão com a turma. No período da tarde foi realizada uma dinâmica em roda de conversa, tendo sido sorteado um conceito ou tema, trabalhado na parte da manhã, para cada estudante, sendo solicitado comentários com possíveis exemplos da realidade local. Após o encerramento da dinâmica, foi realizada uma prática guiada nas piscinas naturais da comunidade. Em todo o trajeto a turismóloga destacava aspectos a serem considerados para o fortalecimento da atividade turística, desde a sinalização dos espaços, a melhor valorização e adequação da paisagem, a importância do *marketing* na divulgação do local, podendo ser via redes sociais, pousadas e pontos turísticos do território.

Outro caso interessante de comunidades e povos tradicionais, foi a visita aos remanescentes de Povos dos Peraus localizados no Parque Aparados da Serra do Cânion do Itaimbezinho, em Cambará do Sul / RS. No local, reside uma família de Povos dos Peraus, desde 1945, antes da própria instalação do Parque, em 1959. A família mantém a mesma arquitetura e estética da residência, tornando-a um ponto turístico de encontro, porém, agora, com o nome de Sítio do Vô Marçal. No espaço, são servidos lanches, vendidas peças de artesanato e realizada contação de história sobre a família, os desafios para manterem-se no parque e a importância da luta dos Povos dos Peraus. Os estudantes, em especial os Quilombolas, identificaram-se muito com a organização, resistência e protagonismo da família que há anos vem resistindo, gerando renda e valorizando o seu histórico, tradição e cultura.

Embora a luta dessas comunidades por autonomia seja diversificada, há um traço em comum, pois ambas defendem o seu território ancestral e o seu modo de vida. A energia principal é colocada na criação de melhores condições para a reprodução da vida e não na disputa pelo poder no âmbito do Estado, por exemplo (Zibechi, 2024). No caso dos Povos dos Peraus, há uma tensão pelo fato do Cânion do Itaimbezinho, que faz parte do território do Geoparque Mundial da Unesco Caminhos dos Cânions do Sul, estar no momento sob concessão de uma empresa (Urbia Cânions Verdes) que administra os Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral. O receio desses remanescentes decorre das mudanças realizadas no parque após a concessão, tais como modernização dos espaços, abertura de restaurantes e, principalmente, do significativo aumento do ingresso para visita dos turistas, tendo segundo eles, diminuído o movimento em função do valor cobrado.

Nesse contexto, estão providenciando um laudo antropológico para assegurar a permanência no local e a manutenção da sua identidade e cultura tradicional.

ECOTURISMO

Na década de 1970, com a Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, a sustentabilidade desponta como central no planejamento e organização de novas modalidades de desenvolvimento. Nesse contexto de valorização do meio ambiente surgiu o turismo ecológico, posteriormente denominado de ecoturismo com a publicação das Diretrizes Nacionais para uma Política Nacional de Ecoturismo. O Ecoturismo considera a conservação ambiental aliada ao envolvimento com as comunidades locais, conforme os princípios da sustentabilidade, comprometidos com a conservação e a educação ambiental (Ministério do Turismo, 2010; EMBRATUR, 2024).

Cada vez mais os turistas valorizam ambientes naturais, sem ruídos, poluição, violência e tráfego congestionado, sendo o meio rural um espaço privilegiado por oferecer ar puro, água limpa, silêncio, contato com a terra, tranquilidade e hospitalidade (Ruschmann, 1997). Em função disso, os atrativos como cachoeiras, trilhas, ecoparques, pesque-pague são muito considerados, podendo ser uma fonte extra de renda. Muitos agricultores, junto à agricultura e pecuária, incluem o turismo rural, envolvendo, além dos turistas, a comunidade, com visitas de escolas que propiciam uma vivência aos estudantes, os quais podem coletar ovos, plantar hortaliças, cuidar dos animais, tirar leite, conhecer plantas medicinais, suas propriedades e benefícios.

Na disciplina de turismo rural, os estudantes tiveram a oportunidade de conhecer o parque de aventuras Ecoparque dos Cânions, em Mampituba - Rio Grande do Sul, tendo muitos desfrutado de algumas atrações do local, conforme cortesia dos administradores. Neste momento, teve destaque a importância da dimensão ambiental para o turismo comunitário, tendo os estudantes percorrido trilhas, devidamente sinalizadas, visualizado paisagens adaptadas para o melhor conforto e segurança dos turistas, conhecido atrações como a tirolesa, o balanço ao infinito, a *sky bike* e a *sky table*. Na sequência, outro ponto turístico importante foi a visita à Cascata da Jovita. Trata-se de uma queda d'água exuberante, em meio a uma área de agrofloresta (consórcio entre agricultura e floresta de maneira sustentável)

certificada pela Rede Ecovida de Agroecologia. Na propriedade são cultivadas banana, aipim e algumas plantas alimentícias não convencionais (PANCs), em conjunto com a mata em volta da cascata. Esses produtos, assim como o turismo, complementam a renda da família. A visita pode ser realizada somente com agendamento e acompanhamento de um condutor local, parceiro dos proprietários.

Com essas experiências, foi possível mostrar a importância e as potencialidades na geração de renda do ecoturismo, através de diferentes estratégias, em um espaço aberto ao público e outro mais restrito, somente com agendamento. Visitar esses espaços amplia os conhecimentos no âmbito da educação ambiental, através da valorização das paisagens naturais, sua importância para o bem estar, via contato com as árvores, com a terra, a água e os animais. Os estudantes eram estimulados a observar cuidadosamente o espaço como, por exemplo, a cor dos caules das árvores, que devido à ausência de poluição, tem partes rosadas; observar como as sinalizações foram construídas para melhor orientar os turistas nas trilhas; identificar certos tipos de árvores como o palmito-juçara, típico da região, sua importância econômica e ambiental.

TURISMO CULTURAL

Diferente do ecoturismo que é mais recente, da década de 1970 em diante, o turismo cultural envolve temáticas antigas como festividades, religiosidade, músicas, gastronomia, sendo mais explorado economicamente com a indústria do turismo, em meados do século XX (Ramiro, 2024). Semelhante ao turismo sazonal, ocorre em alguns períodos durante o ano, em datas festivas e/ou sagradas. Em função disso, muitos desses atrativos são conectados à roteiros turísticos mais amplos, facilitando a agregação de valor do público que comparece nesses locais.

A visita ao Santuário Nossa Senhora Aparecida em Mampituba/RS ilustrou o potencial do turismo religioso, pois integra circuitos turísticos, contribuindo no fortalecimento das diversas atividades oferecidas no território (restaurantes, pousadas, cafés, mercearias...). A imagem fica no alto do morro, sendo o acesso por trilha e escadarias, em meio à mata. No final da trilha há um mirante com vista para o Cânion da Serra Geral, Rio Mampituba, Vales do Rio de Dentro e Pedra Branca (Litoral Norte, 2024).

O próximo ponto foi a visita ao Sítio Cultural Museu da Estância, também em Mampituba / RS. Trata-se de um museu estruturado pelo patriarca da propriedade, onde coleciona diversas antiguidades e relíquias que ilustram parte da história da região. Após conhecer o espaço, foi realizada uma roda de conversa com a família responsável pelo local, momento em que foi relatado o histórico da propriedade, a importância do museu como atrativo cultural, intercalado por músicas e cantorias. Toda a família está envolvida nas atividades do turismo rural, sendo a sua principal fonte de renda, além da produção orgânica e o artesanato. Trata-se de um típico caso de pluriatividade, onde a família combina atividades agrícolas e não-agrícolas na geração de renda (Scheneider, 2003).

Nesses espaços os estudantes conseguiram visualizar a importância da dimensão cultural no território e o seu impacto no turismo de base comunitária. O caso do Sítio Cultural Museu da Estância foi emblemático, pois os proprietários fizeram um relato de todo o processo, desde o início, destacando as dificuldades, a persistência, o amor à causa e a importância das parcerias com instituições locais, escolas e universidades para a consolidação do empreendimento. Outro ponto em comum ao universo dos estudantes, refere-se ao fato de ser um exemplo bem sucedido no âmbito da agricultura familiar, de pequeno porte e pouco capitalizada. Ou seja, que dialoga com a realidade dos discentes, podendo servir de estímulo para implementação de atividades com esse perfil em seus territórios e/ou propriedades.

TURISMO DE HOSPEDAGEM – POUSADAS

A procura por pousadas na região dos Canyons é cada vez maior, pois além de ser uma região conhecida pelos atrativos naturais e turísticos, integra os espaços de refúgio para os cansados da agitação das metrópoles. O investimento em pousadas, inclusive de alto padrão, tem crescido muito, constituindo uma fonte alternativa de renda e de manutenção dos jovens no campo, pois são eles, em geral, que estarão à frente, na administração do empreendimento. Muitos inclusive fazem formação específica para esse tipo de negócio. Além disso, as pousadas fomentam outras atividades, principalmente na parte da alimentação, como cafés, almoços, lanches, pois no local o turista tem a estada, com café da manhã incluso, sendo que as demais refeições são realizadas fora da pousada.

ScientiaTec

As pousadas visitadas foram em Praia Grande - Santa Catarina, sendo duas de pequeno porte, duas de médio porte e duas de alto padrão (em construção). No primeiro momento, foi visitada a pousada de pequeno porte (em construção), localizada no Sítio Refúgio da Serra. Trata-se de uma iniciativa embrionária de uma estudante da EJA-EPT que, estimulada com as aulas do Curso de Qualificação em Agricultura Familiar, passou a adequar o seu sítio para o turismo rural. Inclusive ofereceu gratuitamente aos cursistas um café colonial, a fim de ir colocando em prática e testando a viabilidade de suas ideias, através do *feedback* dos colegas e, principalmente, dos docentes. A discente pretende construir uma pousada no local e servir café colonial aos turistas. Assim como a experiência do Sítio São Sebastião em São João do Sul, relatado anteriormente, onde o carro chefe do café são as roscas de polvilho, a estudante está testando vários produtos com vistas a obter um de maior destaque, que sirva de atrativo ao seu negócio.

A outra pousada, de pequeno porte, com atendimento ao público, tendo inclusive cadastro no *Airbnb*, está localizada em uma pequena propriedade, sendo administrada pela família. No local há um belo rio cercado por muitas árvores, constituindo mais um espaço de descanso para os turistas. Porém, o atrativo principal não é a pousada, mas a produção e comercialização de diversos tipos de cogumelos comestíveis. Os estudantes tiveram a oportunidade de visitar os espaços em que os cogumelos são produzidos, com explicações detalhadas dos proprietários sobre todos os procedimentos envolvidos na atividade. Foi relatado sobre a ideia, o início do negócio, a comercialização, os desafios enfrentados e como a atividade tornou-se um sucesso, sendo a principal fonte de renda da família.

As pousadas de médio porte, Vista do Vale e Cordilheira dos Canyons já estão em funcionamento, sendo totalmente administradas pelas famílias, com atendimento regular ao público. O valor da diária estava em torno de R\$ 500,00, incluindo café da manhã, sendo voltada para casais e/ou famílias. A renda das pousadas constitui um valor extra, pois os proprietários têm outras fontes de recursos. A estética dos recintos, como cores, disposição dos móveis, enfim a organização interna dos espaços, foram detalhados pelas proprietárias com o auxílio da turismóloga, a qual destacou a importância desses pequenos detalhes para o sucesso da atividade.

As pousadas de alto padrão, também constituem um empreendimento familiar, devendo a administração ficar a cargo dos dois filhos do casal. Além de serem maiores que as anteriores, estão situadas no topo do morro, com vista exuberante para as

encostas e morros adjacentes. Embora os proprietários sejam pequenos agricultores familiares, o investimento é alto, a começar pelo local, topo do morro, o que dificulta a chegada dos materiais para a obra, o acesso, tendo havido necessidade de construir uma estrada específica para o empreendimento. Em razão de todos esses aspectos, o valor da diária será em torno de R\$ 850,00. Os potenciais clientes são pessoas de grandes centros urbanos que buscam refúgios em meio à natureza. A dedicação, as economias da família, têm sido voltadas para esse novo negócio, como uma fonte de renda extra, estável e segura.

O turismo de hospedagem, em especial no meio rural, tende a prosperar, pois esses espaços passam a ser refúgio à insegurança, poluição e congestionamento dos grandes centros urbanos. Com vistas a potencializar o *boom* das pousadas para o desenvolvimento do território, é importante que esses empreendimentos integrem circuitos turísticos, a fim de que outras famílias possam se beneficiar nesse processo, como, por exemplo, os produtores do Vale das Pitayas. O cultivo de pitaya é forte na região, sendo comercializada junto a outros estados, gerando um significativo valor econômico. A época da safra da pitaya atrai muitos turistas, para vivenciar o cultivo e o manejo da fruta, o que agrega valor ao produto (Mielke, 2010). A integração dessas atividades em circuitos turísticos, assim como a divulgação (*marketing*) em mídias, redes sociais, *outdoors*, *folders*, fortalece o conjunto dessas iniciativas e, em consequência, o desenvolvimento territorial sustentável.

Outro fator que pode contribuir na integração desses APLs é o recente título conquistado pelo território de Geoparque Mundial da Unesco Caminhos dos Cânions do Sul -, formado pelos municípios de Praia Grande, Jacinto Machado, Morro Grande e Timbé do Sul, em Santa Catarina; Cambará do Sul, Mampituba e Torres, no Rio Grande do Sul. Inclusive esse tema foi abordado na disciplina de turismo rural, com destaque para os Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, em termos de histórico, importância, parcerias e impacto nas comunidades do território do Geoparque e municípios adstritos.

Todas essas atividades serviram de subsídios para os estudantes desenvolverem o roteiro turístico, referente ao tempo comunidade, que foi apresentado no último encontro da disciplina, em São João do Sul. A título de ilustração, é importante destacar que os principais atrativos desse município estão na agricultura familiar e no turismo rural. Além de grande produtor de arroz, fumo, morango, milho, maracujá, pitaya e mandioca, é considerado a capital catarinense de

carros de boi. É tradicional o uso de bois no campo e nos encontros denominados "pixurum" em que os agricultores fazem mutirões para ajudar na lida da roça. Atualmente, também servem para passeios de turistas nos roteiros rurais e para os encontros mensais de carro de boi. Outro diferencial refere-se à gastronomia podendo ser apreciada no "Roteiro Caminhos da Querência", onde o dia a dia do campo, as tradições, a culinária, as frutas frescas e a hospitalidade estão presentes (Sanfelice, 2024).

Isto posto, neste último encontro, os discentes tiveram um período específico para concluir os trabalhos, com a orientação dos docentes para, no momento seguinte, apresentarem os roteiros turísticos aos demais. As visitas em diferentes espaços, com a orientação dos docentes, com o testemunho dos agricultores, foram fundamentais para o êxito dessa atividade. Além disso, serviram de estímulo para muitos estudantes colocarem as ideias em prática, como no caso da estudante proprietária do Sítio Refúgio da Serra, a qual passou a implementar os conhecimentos do curso em sua propriedade. Outra estudante da EJA, esposa de artesão, passou a agregar o turismo rural ao artesanato, também inspirada nas aulas ofertadas no curso.

CENÁRIOS PROSPECTIVOS - O QUE PODEMOS?

Tendo sido encerrado o segundo eixo do curso, pautado no *como fazer*, foi iniciado o último e terceiro eixo do curso – o que podemos? – em que a ênfase foi na construção de cenários prospectivos, a partir do aprendizado no curso e nas possibilidades oferecidas pelas políticas públicas no âmbito da agricultura familiar, em especial no Estado de Santa Catarina. Com base nesses referenciais, os estudantes foram estimulados a desenvolver cenários prospectivos para os seus APLs e/ou de alguma atividade que tenham intenção em viabilizar, em uma temporalidade de curto, médio e longo prazo.

A carga horária do terceiro eixo do curso foi mais reduzida (24h), quase a metade do horário despendido no âmbito do turismo rural (40h), por exemplo, constituindo uma espécie de fechamento do curso. No primeiro encontro desta última parte (TE), realizado em São João do Sul, foi feita uma retomada geral da parte introdutória do curso, em especial a discussão sobre DTS e suas dimensões. Na sequência, os estudantes foram orientados a fazer uma atividade em grupo com base

nos princípios do movimento CSA - Comunidade que Sustenta a Agricultura, sendo, em seguida, socializada com a turma (CSA, 2024).

No período da tarde, os estudantes participaram da palestra sobre Políticas Públicas para a agricultura familiar, em especial no Estado de Santa Catarina, com o Engenheiro Agrônomo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI). Foi uma oportunidade única, pois muitos desconheciam as políticas públicas existentes, as quais foram detalhadamente apresentadas, com observações do palestrante sobre os desafios, os casos que tiveram sucesso, com fotos e relatos de diversas experiências. A participação dos estudantes e docentes com perguntas ao palestrante enriqueceu ainda mais o encontro.

Para o fechamento deste primeiro Tempo Escola foi trabalhado a ideia de cenários prospectivos e como os estudantes deveriam ter esse tema como norteador dos seus trabalhos finais. Além da ênfase no território e nas experiências concretas, deveriam considerar nas suas propostas a variável tempo, numa perspectiva de curto, médio e longo prazo. Essa atividade foi realizada em grupo e no Tempo Comunidade.

O segundo encontro do Tempo Escola, desse último eixo do curso, foi realizado em Santa Rosa de Lima (SC), junto à Acolhida na Colônia. Trata-se de uma associação de aproximadamente 200 famílias de pequenos e médios agricultores, com objetivo de valorizar a vida no campo por meio do agroturismo ecológico. Na parte da manhã os estudantes participaram no Seminário sobre Agroecologia, com a presença de vários palestrantes, onde tiveram a oportunidade de conhecer inúmeras experiências, com diferentes relatos, de jovens, mulheres e idosos sobre o agroturismo ecológico. Após, visitaram a pousada da Dida, onde foi servido almoço caseiro, com grande parte dos produtos de origem local e agroecológicos. Na sequência, conheceram os diferentes espaços da propriedade, que incluem pousadas, casa de preparo de ervas e condimentos, casa de banho aromático, horta, fruticultura e apicultura (abelhas sem ferrão), além dos detalhes paisagísticos para recepcionar os turistas com aconchego e hospitalidade.

Na sequência, foi realizada uma roda de conversa em que a matriarca, a Senhora Dida, relatou o histórico da propriedade, da família, as dificuldades, os êxitos e o seu amor pelo trabalho que realiza. Explicou a importância de participar na Associação Acolhida na Colônia, da força do coletivo, que os possibilitou a aquisição de um selo de qualidade para os produtos (certificação), através da Rede Ecovida de Agroecologia. Os estudantes ficaram muito encantados com a visita, tendo servido de

estímulo para um maior protagonismo nas suas propriedades e/ou junto ao território onde residem.

Com o término dessa visita, o próximo encontro, que seria o último para o fechamento da disciplina, foi inviabilizado devido às intempéries (fortes chuvas) e prazo para fechar o curso. Os trabalhos envolvendo a construção de cenários prospectivos, do TC, foram enviados por e-mail e deviam responder os seguintes questionamentos: O que temos? (local, características, período – desde quando); O que queremos? (ampliação, parcerias, novas possibilidades); O que podemos? (recursos, capacidade, pessoas, apoios); O que não podemos? Por quê? (faltam recursos, habilidades, tempo, pessoas); Como fazer? (acessar políticas públicas, adquirir mais formação, fazer parcerias); Potencialidades (possíveis êxitos, vantagens do local, do contexto) e desafios (possíveis riscos, dificuldades e transtornos). A maioria conseguiu responder às questões propostas e todos os trabalhos envolveram atividades em uma propriedade de um ou mais estudantes do grupo. Alguns estudantes já iniciaram a implementação do que foi aprendido no curso em suas propriedades e todos foram orientados a manter contato com os docentes do Instituto para sanar dúvidas, buscar novos subsídios e apoios diversos. Desde o início, foi informado aos estudantes que o trabalho do Instituto no território seria, na medida do possível, contínuo, tendo por referência a missão dos Ifs em fortalecer o desenvolvimento regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica poderia ser o grande diferencial dos Institutos Federais, junto aos cursos técnicos, a saber a expressiva demanda pelo ensino médio. Segundo dados do IBGE (2023), “dois em cada cinco brasileiros de 25 a 64 anos não têm o ensino médio”, sem mencionar a juvenilização que cada vez mais bate às portas da EJA (Jardilino; Araújo, 2014). Além disso, a elevação da escolaridade é imprescindível para a cidadania, o que torna o público da EJA prioritário em decorrência do débito histórico com os mais pobres no Brasil, país da cidadania tutelada, incompleta (Carvalho, 2004).

Integrada à elevação da escolaridade, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) também contribui para o fortalecimento da cidadania, pois qualifica os trabalhadores-estudantes para melhor inserção no mundo do trabalho. A qualificação

profissional é o carro chefe dos IFs, através dos inúmeros cursos técnicos, o que também poderia incluir o público da EJA, a saber a missão dos IFs de fortalecer o desenvolvimento regional. Seria uma forma de qualificar os trabalhadores-estudantes para dinamizar os seus APLs, fortalecendo as comunidades, a diversificação produtiva, tecnológica e sustentável. No entanto, os dados demonstram que não houve avanço na ampliação da EJA-EPT na Rede Federal, sendo atualmente ofertado apenas 1% de cursos nessa modalidade (INEP, 2023).

Em um contexto de desemprego estrutural, crise ambiental - civilizatória, a Rede Federal cada vez mais interiorizada tem papel chave no fomento de inovações territoriais. Contudo, embora esses desafios estejam postos, propagandeados pelos ODS da Agenda 2030 da ONU, ainda predomina um enfoque, não raro, tecnicista e setorializado da EPT, existindo uma resistência em integrá-la ao campo das “recentes” discussões sobre “novas” modalidades de desenvolvimento, suscitadas, por exemplo, pela emergência climática.

Desde a década de 1970, com a publicação do Relatório Meadows sobre os limites do crescimento, surgiram conceitos importantes na linha do desenvolvimento sustentável, enfatizando num primeiro momento o local, depois o território e, por último, a sustentabilidade. O enfoque do desenvolvimento local foi superado pelo territorial, devido à importância conferida à intersectorialidade e as especificidades de determinado território, como alavancas para a dinamização econômica. Derivado dessas matrizes, o conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável vai enfatizar a dimensão socioambiental priorizando inovações com uma nova base socioprodutiva, não voltadas exclusivamente para nichos de mercado. Considera o território nas suas múltiplas dimensões (social, cultural, econômica, política, ambiental) e, em consequência, não apenas as relações de troca (utilitarista), mas de reciprocidade e solidariedade. No entanto, a tradição tecnicista e/ou setorializada ainda parece ser forte na Rede Federal o que dificulta a execução de uma proposta de EJA-EPT referendada no território e nos seus APLs, tal como proposto pelo enfoque do desenvolvimento territorial sustentável e/ou da economia solidária.

Outro desafio refere-se à construção de consensos mínimos em relação ao aporte teórico que irá orientar a construção das ações no âmbito da EJA-EPT. Esse impasse ficou nítido nas temáticas sugeridas para a integração da parte propedêutica (EJA) com a qualificação profissional (EPT) do curso de Qualificação em Agricultura Familiar, quais sejam: cidadania e sustentabilidade. Há muitas perspectivas sobre o

entendimento desses temas, que podem inclusive dissociá-los, quando na verdade são complementares. Tratar da cidadania para estudantes agricultores da EJA-EPT na perspectiva do agronegócio é totalmente diferente do enfoque agroecológico, por exemplo. Enquanto o primeiro enfatiza o empreendedorismo, o individualismo e a dependência dos pacotes tecnológicos, o segundo valoriza o associativismo, a reciprocidade e a autonomia dos agricultores. Na temática da sustentabilidade ocorre algo similar, enquanto o agro foca nas novas tecnologias como principal saída para os problemas ambientais, a agroecologia aposta nos processos de reterritorialização que contemplem as inovações imersas nas dinâmicas territoriais (Silveira, 2013).

Os desafios apontados evidenciam a necessidade de construção de balizamentos minimamente comuns, caso contrário o potencial dos IFs enquanto reais propulsores de mudanças, tende a ficar limitado, pulverizado. Outro aprendizado propiciado pelo curso, remete à importância da diversidade nos formatos dos cursos EJA-EPT. O formato em parceria com escolas municipal e estadual, do Curso de Qualificação em Agricultura Familiar foi fundamental, caso contrário dificilmente o público contemplado (quilombolas e camponeses) teria acesso a uma formação similar no Instituto Federal. Embora a oferta de cursos técnicos integrados em EJA-EPT seja imprescindível, não se pode perder de vista o território adstrito ao campus e as demandas dos principais atores desse espaço. No caso do Curso de Qualificação em Agricultura Familiar, as primeiras demandas para esse tipo de formação surgiram de trabalhadores-estudantes que não teriam acesso ao campus, devido a uma série de fatores. Entre os principais, podem ser mencionados a distância, a disponibilidade de tempo, o transporte, a alimentação, os auxílios, os quais foram parcialmente sanados em decorrência dos convênios com o estado e municípios.

Além da diversidade, a pluralidade de sujeitos também exigiu uma adequação do curso com vistas a atender o interesse do público e, com isso, evitar a evasão. A estratégia utilizada foi a ênfase em aulas práticas, com visitas técnicas, em que os estudantes tinham a oportunidade de visualizar os conceitos que estavam aprendendo. Por fim, ter o território como eixo norteador do curso, com suas dimensões, dinâmicas e, principalmente, enquanto possibilidade de reterritorialização, propicia que as propostas pedagógicas da EJA-EPT sejam estruturadas numa temporalidade de curto, médio e longo prazo. Isso é importante, visto que na sociedade da emergência climática, da corrosão dos direitos, do avanço das

inovações tecnológicas, não basta um diploma, mas uma educação ao longo da vida que amplie o modo de ver e viver.

REFERÊNCIAS

ANDION, C.; SERVA, M.; LÉVESQUE, B. O debate sobre economia plural e sua contribuição para os estudos das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável. *Revista Eisforia / Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas*, v. 1, n. 1, jan./jun. 2003, Florianópolis: PPGAGR, 2003.

AZEVEDO, A. J. A formação de técnicos agropecuários em alternância no Estado de São Paulo: uma proposta educacional inovadora. 1998. 185 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 1999.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. Geografia socioeconômica ou economia geográfica? In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (org.). *La richesse des régions – la nouvelle géographie socio-économique*. Paris: PUF, 2000.

CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CAUME, D. J. Agricultura familiar e agronegócio: falsas antinomias. *Redes: Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 14, n. 1, p. 26-44, jan./abr. 2009. Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil.

CHRISTÓVÃO, S. R. T. Saberes e fazeres do Quilombo São Roque: subsídios para uma pedagogia quilombola na Educação de Jovens e Adultos. 2023. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254868>. Acesso em: 23 abr. 2024.

CSA – COMUNIDADES QUE SUSTENTAM A AGRICULTURA. Princípios. Disponível em: <https://csabrasil.org/csa/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

EMBRATUR – EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO. Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo. Disponível em: http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/bitstream/handle/123456789/12840/Texto_Diretrizes%20para%20uma%20Politica%20Nacional%20de%20Ecoturismo.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 4 mar. 2024.

ESTEVAM, D. O. *Casa Familiar Rural: a Casa Familiar Rural com base na Pedagogia da Alternância*. 2003. 126 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

FAVARETO, A. A situação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Brasil rural e interiorano e alguns caminhos para uma nova geração de políticas públicas. Brasília: Enap, 2022. Disponível em:

https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/7203/1/Caderno_112_relatorio-completo_compressed.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

FAVARETO, A. et al. *Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios*. Brasília: IICA, 2012. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 12). Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/91048408/Serie-DRS-vol-12-Políticas-de-Desenvolvimento-Territorial-Rural-no-Brasil-Avancos-e-Desafios>. Acesso em: 20 ago. 2012.

FAVARETO, A.; AQUINO, J. R. de. Desafios de uma nova geração de políticas para a agricultura familiar. *Portal Brasil Debate*, 23 ago. 2021. Disponível em: <https://brasildebate.com.br/desafios-para-uma-nova-geracao-de-politicas-de-agricultura-familiar/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

GIMONET, J. C. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as Casas Familiares Rurais de Educação e Orientação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: ALTERNÂNCIA E DESENVOLVIMENTO, 1., 1999, Salvador. *Anais...* Salvador: UNEFAB, 1999. p. 39-48.

GOMES, M. Agricultura familiar combate inflação: está na hora de se falar mais disso. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=21027. Acesso em: 4 out. 2012.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dois em cada cinco brasileiros de 25 a 64 anos não têm ensino médio. Disponível em: <https://www.bandab.com.br/educacao/dois-em-cada-cinco-brasileiros-de-25-a-64-anos-nao-tem-ensino-medio/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo escolar 2023. Brasília, 22 fev. 2023.

JARDILINO, J. R. L.; ARAÚJO, R. M. B. de. *Educação de jovens e adultos: sujeitos, saberes e práticas*. São Paulo: Cortez, 2014.

KRENAK, A. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P. et al. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 59-106.

LITORAL NORTE. Santuário Nossa Senhora Aparecida – Mampituba. Disponível em: <https://torres.rs.gov.br/vivatorres/litoral-norte/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MAGALHÃES, M. S. *Escola Família Agrícola: uma escola em movimento*. 2004. 126 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

MIELKE, E. J. C. Cooperativas de turismo: uma estratégia ao desenvolvimento turístico integrado; análise do Roteiro dos Imigrantes (Paraná, Brasil). *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 4, n. 1, p. 92-111, abr. 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Ecoturismo: orientações básicas*. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação, 2010.

NOBRE, C. Amazônia e a bioeconomia: um modelo de desenvolvimento para o Brasil. Entrevista, 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/588962-bioeconomia-um-modelo-de-desenvolvimento-para-o-brasil-entrevista-especial-com-carlos-nobre>. Acesso em: 20 mar. 2024.

NOSELLA, P. *Uma nova educação para o meio rural: sistematização e problematização da experiência educacional das Escolas da Família Agrícola do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo*. 1977. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1977.

PACHECO, E. M. et al. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan./jun. 2010.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. *Revista Eisforia*, v. 4, n. esp., p. 81-103, 2006.

PESSOTI, A. *Escola da Família Agrícola: uma alternativa para o ensino rural*. 1978. 194 f. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1978.

PLOEG, J. D. van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. IDH – Municípios 2010. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/idhm-municipios-2010>. Acesso em: 20 mar. 2024.

RAMIRO, P. A. Territórios, identidade e turismo: o turismo de base comunitária protagonizado por camponeses, comunidades e populações tradicionais. III Escola de Verão e das Águas. LEMATE/UFSC. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vn4sp4maQUY>. Acesso em: 15 mar. 2024.

RUSCHMANN, D. V. de M. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SANFELICE, A. Folder: visite São João do Sul – SC: capital do carro de boi. 2024.

SANTOS, M. N. L.; LIMA, L. B. B. de M.; SILVA, Q. P. da. Turismo de base comunitária e educação: práticas e possibilidades na prainha do Canto Verde,

ScientiaTec

Beberibe, Ceará. *Revista Rosa dos Ventos: Turismo e Hospitalidade*, v. 10, n. 4, p. 835, 2018.

SANTOS, M. G.; QUINTEIRO, M. (org.). *Saberes tradicionais e locais: reflexões etnobiológicas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

SCHNEIDER, S. Rurbanização e pluriatividade: o mercado de trabalho não agrícola e a pluriatividade das famílias em áreas rurais (um estudo de caso). In: CARVALHO, F. de; GOMES, M. M.; LÍRIO, V. S. (org.). *Desigualdades sociais: pobreza, desemprego e questão agrária*. Viçosa, 2003. p. 151-188.

SILVEIRA, S. M. P. da. Redes de agroecologia: uma inovação estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável. Estudo de caso de dois grupos do Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia no período de 2002 a 2012. 2013. 482 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://bu.ufsc.br/teses/PSOP0453-T.pdf>.

VIEIRA, P. F. et al. (org.). *Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento*. Florianópolis: APED: Secco, 2010.

ZIBECHI, R. Descolonização do pensamento crítico: crise política e práticas emancipatórias na América Latina. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LRU--BG54Mw>. Acesso em: 12 abr. 2024.